

O JORNAL ESCOLAR COMO LUGAR DE PRÁTICAS DISCURSIVAS E SOCIAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O GÊNERO EDITORIAL

Magda Wacemberg Pereira Lima Carvalho; Elisangela Maria da Silva

(Universidade Católica de Pernambuco, magdapcarvalho@hotmail.com; elisangelasilva1718@gmail.com)

Resumo: Partindo da compreensão de que a escola por ser um lugar de ensino/aprendizagem e um espaço privilegiado para a discussão e reflexão sobre as mais diferentes temáticas foi elaborado em uma escola da rede pública estadual de Pernambuco o projeto de intervenção didática “Competência e Contexto Discursivo através dos gêneros jornalísticos”, em que se enfatizaram atividades de leitura, debates, escrita e reescrita de textos do domínio discursivo jornalístico, em turmas do Ensino Médio. Assim, considerando que ler e escrever, de acordo com Possenti (1997), não são tarefas extras que possam ser sugeridas aos alunos como lição de casa e atitude de vida, mas atividades essenciais ao ensino de língua, propôs-se aos alunos do ensino médio de uma escola da rede estadual a elaboração, trimestral, de um jornal escolar (IE Notícias) contendo os gêneros Editorial, Artigo de Opinião, Entrevista, Reportagem, Crônica, Quadrinhos e Charge. Durante a produção de cada edição, observou-se que os alunos-redatores escreviam os textos, em especial os gêneros argumentativos, a partir de suas reflexões acerca de acontecimentos do contexto escolar e extraescolar, o que resultou em publicações derivadas das relações de poder presentes nas práticas sociais. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar as práticas discursivas e as práticas sociais presentes no editorial do jornal escolar IE Notícias. Para tanto, lançamos mão da concepção tridimensional do discurso, conforme proposta por Fairclough (2001), em que se observa o discurso em sua dimensão textual, discursiva e social. Os resultados apontaram, por meio das escolhas linguísticas feitas pelos alunos-autores, que os discursos presentes no editorial do jornal resultam das relações de dominação e poder suscitadas no espaço ideológico de discussão, proporcionado pela escola.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso, Práticas Discursivas, Práticas Sociais, Jornal Escolar, Editorial.

Introdução

A educação básica, no Brasil, por muitos anos foi pautada por uma proposta de ensino que visava apenas o acúmulo de informações. Nos últimos anos, entretanto, documentos oficiais, como PCN e PCNEM, propõem um trabalho com língua voltado ao domínio de competências básicas que subsidiem a formação de um cidadão crítico, consciente e participativo.

A partir dessa proposta a maioria das escolas brasileiras de educação básica tem apresentado em seus projetos político-pedagógicos o discurso de qualidade que possibilite ao aluno a compreensão, integração e inserção no mundo, subjacente a uma prática escolar cujo objetivo é, conforme os PCN (1998, p. 10), “situar as pessoas como participantes da sociedade – cidadãos – desde o primeiro dia de sua escolaridade”.

No entanto, a metodologia e os instrumentos que a escola tem oferecido apresentam-se, ainda, muito tímidos para a realização de um trabalho de ensino que considere o estudante como agente do conhecimento, uma vez que essa instituição se encontra presa a certas práticas pedagógicas que, veladamente, revelam o tradicionalismo a que seus atores (professores e alunos) foram e são submetidos.

Nesse contexto, testemunhamos a fragmentação do ensino das disciplinas em que o professor precisa, de acordo com Bunzen (2006, p. 140), tornar-se especialista em determinado fragmento da disciplina e ensinar apenas o que cabe a essa fração. Diante disso, a escola fica impossibilitada de favorecer um trabalho interdisciplinar, fato que dificulta o cumprimento das orientações propostas pelos documentos oficiais no que concerne ao discurso de “apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres” (PCN, 1998, p. 5).

Diante disso, um dos grandes desafios atualmente não só do professor de Português, mas também dos professores das demais disciplinas do currículo é ensinar ao aluno a ler e escrever dentro de um contexto em que a escrita e a leitura tenham sentido para ele. Em vista desse desafio foi elaborado na Escola Estadual Irmã Elizabeth, em Serra Talhada/PE, o projeto de intervenção “Competência e contexto discursivo através dos gêneros textuais jornalísticos”.

Nesse projeto, propôs-se aos estudantes do ensino médio o trabalho com gêneros textuais, em que seus interesses e inquietações norteassem suas práticas de escrita, resultando, assim, na elaboração e publicação de um jornal escrito, desenvolvido no ambiente social da escola, o que possibilitou a promoção da consciência crítica do aluno sobre os usos da linguagem e sobre a participação em discussões de temas do contexto escolar e extraescolar.

Diante desse quadro, os eventos discursivos produzidos pelos atores sociais envolvidos na produção do jornal podem ser compreendidos como uma prática “não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 91), o que nos leva a questionar sobre como o discurso concebe e transforma os significados do mundo. Nessa perspectiva, pretendemos analisar, com base na proposta da Análise Crítica do Discurso (ACD), a prática discursiva e a prática social no gênero editorial do jornal escolar *IE Notícias*.

Para isso, convém considerar o uso da linguagem no discurso, de acordo com Fairclough (2001a, p. 90), “como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”, o que implica conceber o discurso, segundo o autor, como um modo de representação e significação do mundo, que contribui para a constituição e construção de

identidades sociais e posições de sujeito, além de contribuir para a construção das relações sociais e construção de sistemas de conhecimento e crença.

Nessa ordem, o discurso é moldado e restringido, de acordo com o autor (2001a), pela estrutura social, visto que os eventos discursivos variam conforme o domínio social ou quadro institucional em que são gerados, sendo a variação dos tipos de discurso inseparável, consoante Pedro (1998, p. 20), de fatores econômicos e sociais, o que reflete, conseqüentemente, as variações linguísticas das diferenças sociais estruturadas que estão na origem dos discursos e que legitimam e naturalizam o controle das relações de desigualdade.

Nessa compreensão, buscamos no modelo tridimensional de análise do discurso explicações sobre como a ideologia e as relações de luta de poder permeiam as práticas discursivas e sociais nos contextos de produção dos discursos de alunos-redatores de um jornal escolar.

Antes disso, para entender a Análise Crítica do Discurso - enquanto teoria e método - apresentaremos a seguir algumas considerações.

Considerações gerais sobre a Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma vertente teórico-metodológica do estudo da linguagem que opera, segundo Pedro (1998, p. 20), como uma abordagem do discurso em que o contexto é uma dimensão fundamental, em razão de que o discurso (falado ou escrito) é sempre produzido mediante determinado contexto social.

Essa proposta teórica é aberta ao tratamento de diversas práticas sociais, em que se mapeia, conforme Resende e Ramalho (2006, p. 11), as relações entre os recursos linguísticos utilizados por atores sociais e grupos de atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere.

Nessa perspectiva, Norman Fairclough, professor da Universidade de Lancaster e um dos principais expoentes da ACD, propõe a operacionalização de teorias sociais na análise de discurso, com vistas a compor um quadro teórico-metodológico adequado à perspectiva crítica de linguagem como prática social. Com isso, a ACD oferece uma perspectiva diferente de teorização e análise, sobretudo, ao propor a análise de como a dominação e a desigualdade são representadas e reproduzidas “por textos orais e escritos no contexto social e político” (VAN DIJK, 2010, p. 113).

Em *Discurso e Mudança Social* (2001), Fairclough deixa claro que sua preocupação está ligada ao discurso como modo de prática política e ideológica, embora afirme que o discurso pode

estar implicado nas diferentes orientações – econômica, política, cultural, ideológica – sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso. Nessa concepção, o discurso como prática política e ideológica, para o autor (2001a, p. 94), estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades sociais coletivas entre as quais essas relações são determinadas, pois o discurso como prática ideológica constitui e transforma os significados do mundo nas relações de poder.

Ante essa compreensão, Fairclough (2001a, p. 99) apresenta a diferença entre prática discursiva e prática social. Para o autor, a prática discursiva é uma forma particular da prática social e “tem a ver com aspectos sociocognitivos da produção e interpretação do texto” (FAIRCLOUGH, 2001b, p. 36), enquanto a prática social corresponde a uma dimensão do evento discursivo, geralmente ligado a relações ideológicas ou de poder. Assim, uma prática social particular só é discursiva porque se materializa, como prática discursiva, por meio de textos (falados ou escritos).

Para Resende e Ramalho (2006, p. 26), entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais. Desse modo, toda análise em ACD parte da observação de um problema derivado das relações de poder, conforme as autoras (2006, p. 36), na distribuição assimétrica de recursos materiais e símbolos em práticas sociais e na naturalização de discursos particulares como sendo universais.

Dessa forma, a ACD considera o discurso como uma noção que integra “o texto, a interação/prática discursiva e a ação social/prática social” (MAGALHÃES, 2001, p. 24).

Na perspectiva do discurso como *texto*, Fairclough (2001a, p. 102) propõe um modelo de análise, em que a análise textual diz respeito à “descrição” linguística do texto, enquanto a parte que cuida da análise da prática discursiva e da social refere-se à “interpretação”, sendo que a análise textual, conforme Fairclough (2001a, p. 103), pode ser feita por meio da investigação do vocabulário; da gramática; da coesão; e da estrutura textual.

O discurso como *prática discursiva* envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, cuja natureza desses processos varia conforme fatores textuais, devido aos contextos particulares em que são produzidos.

Na dimensão do discurso como *prática social*, Fairclough (2001a, p. 116) defende o conceito de discurso em relação à ideologia e ao poder, situando o discurso em uma concepção de poder como hegemonia e em uma concepção da evolução das relações de poder como luta hegemônica.

Diante disso, considerando que uma das tarefas da ACD é a construção de um aparelho teórico que permita descrever, explicar e interpretar os modos como os discursos dominantes influenciam os saberes, as atitudes e as ideologias partilhadas, apresentaremos a seguir o modelo tridimensional proposto por Fairclough.

Metodologia: o modelo tridimensional de análise do discurso

Para estudar o discurso, na perspectiva da teoria crítica, Fairclough (2001a) propõe uma análise tridimensional, em que o discurso é focalizado como *texto*, *prática discursiva* e *prática social*.

Diante disso, ao tentar combinar análise linguística e textual, análise da prática social em relação às estruturas sociais e análise da prática social “enquanto ativamente produzida e entendida pelas pessoas com base em procedimentos compartilhados” (MAGALHÃES, 2001, p. 24), Fairclough estabelece uma metodologia descritiva/interpretativa para a análise dos discursos.

Nessa perspectiva, a análise do texto é baseada na descrição dos recursos textuais e linguísticos selecionados na produção dos discursos, enquanto a prática discursiva e a prática social estão baseadas na análise interpretativa, em que se considera a natureza da produção e a interpretação textual.

Com base no que foi tratado por Fairclough, em *Discurso e Mudança Social* (2001), o modelo tridimensional de análise pode ser representado pelo seguinte quadro:

DIMENSÃO	CATEGORIAS DE ANÁLISE	TÓPICOS
TEXTO	Controle interacional	Tomada de turno; Estrutura de troca; Controle de Tópicos; Determinação e policiamento de agenda; Formulação; Modalidade; Polidez; Ethos
	Coesão	Conectivos e argumentação
	Gramática	Transitividade e Tema
	Vocabulário	Significado das palavras; criação de palavras e metáfora
PRÁTICA DISCURSIVA	Produção	Interdiscursividade Intertextualidade manifesta
	Distribuição	Cadeias intertextuais
	Consumo	Coerência
PRÁTICA SOCIAL	Ideologia	Evento discursivo
	Hegemonia	Organização social

Assim, tomando como fundamento esse quadro panorâmico das categorias de análise, pretendemos discutir na próxima seção alguns aspectos textuais, discursivos e sociais de um editorial publicado no jornal escolar *IE Notícias*.

Resultados e Discussão

Para analisarmos os discursos dos alunos-redatores, com base no modelo tridimensional proposto por Fairclough, elegemos para este trabalho dois recortes do editorial intitulado “Eleições municipais”, publicado no jornal escolar *IE Notícias*, em junho de 2016. Vejamos:

RECORTE 1:

“Discutir política na atualidade não é tarefa fácil, principalmente pelo fato de estarmos carregados de desconfiças em relação aos homens de ‘poder’ que deveriam dar o máximo de si para atender às necessidades daqueles que a cada quatro anos são iludidos com apertos de mãos, tapinhas nas costas, largos sorrisos e falsas promessas”.

RECORTE 2:

“Este ano teremos mais uma vez as benditas eleições municipais, onde o povo escolherá prefeitos, vice-prefeitos e vereadores para representá-lo na administração pública municipal. E mais uma vez o que presenciamos em Serra Talhada são políticos, mais especificamente pré-candidatos, que se debandam para o lado da oposição na famosa ‘dança das cadeiras’”.

Considerando, inicialmente, a dimensão do discurso como *texto*, no que compete às categorias de análise linguística assinaladas por Fairclough (2001a), observa-se que esses dois discursos apresentam verbos no tempo presente (é, são, presenciamos e debandam); no futuro do pretérito (deveriam) e no futuro do presente (teremos e escolherá), além de verbo no infinitivo pessoal (estarmos), o que assinala a consciência dos alunos-editores sobre as reais possibilidades de efetivação da ação verbal, isso porque os verbos no presente simples expressam algo que ocorre no momento da fala, enquanto os verbos flexionados no futuro do presente e no futuro do pretérito expressam, respectivamente, algo que poderá acontecer ou uma ação que era esperada no passado, mas que não aconteceu.

Quanto à coesão, o recorte 1 apresenta elipse - omissão - do item lexical “nós” no sintagma verbal “estarmos carregados de desconfiças”. No recorte 2, observa-se a ocorrência de coesão lexical por meio da substituição do termo “povo” pelo pronome oblíquo átono “lo” em “representá-

lo” e pela reiteração dos termos “prefeitos”, “vice-prefeitos” e “vereadores” pelo hiperônimo “políticos” e “pré-candidatos”.

Com relação ao vocabulário, o recorte 2 apresenta a metáfora “dança das cadeiras”, que pode ser interpretada como a inconstância dos princípios éticos e político-ideológicos dos candidatos às eleições, que como na brincadeira da dança das cadeiras os participantes (candidatos) circulam por diferentes partidos políticos (cadeiras) ao som de diferentes propostas de cooptação (música) e aderem ao partido (cadeira) que lhes oferecer maiores benefícios, sendo que aqueles candidatos que não conseguem sentar na cadeira (apoio partidário) são eliminados do processo eleitoral.

No que concerne ao discurso como *prática discursiva*, Fairclough (2001b, p. 36) afirma que essa dimensão envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, cuja natureza varia conforme fatores textuais, devido aos contextos particulares em que são produzidos, uma vez que nessa perspectiva a produção e o consumo do texto envolvem, de acordo com o autor (2001a, p. 101), processos cognitivos de produção e interpretação, assentados nas estruturas e convenções sociais, que não podem ser explicados por referências aos textos nem interpretados sem os recursos dos membros.

De acordo com o autor, os processos de produção e interpretação são limitados pelos recursos disponíveis dos membros. Diante disso, os enunciados são observados quando à força, à coerência e à intertextualidade dos textos.

Considerando que a força de um texto articula estilos e discursos de maneira relativamente estável num determinado contexto sócio-histórico e cultural, observa-se nos recortes selecionados que os interesses da instância política são apresentados, conforme Charaudeau (2015, p. 21), por meio da palavra nos espaços de discussão, ação e persuasão, isso porque os redatores do editorial embora reconheçam que a discussão sobre política não é tarefa fácil na atualidade (recorte 1), assinalam para o leitor seu posicionamento sobre as alianças e acordos estabelecidos entre pré-candidatos e grupos políticos.

No que diz respeito à coerência, Fairclough (2001a, p. 113) diz “que um texto só faz sentido para alguém que nele vê sentido”, pois os textos estabelecem posições sujeito para intérpretes que são capazes de compreendê-los, de acordo com os princípios interpretativos. Com isso, esses fragmentos podem ser compreendidos como manifestação da prática política em que se denota “um marco delimitador na luta pelo poder” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 94).

Quanto à intertextualidade, Fairclough (2001a, p. 114) declara que os textos contêm fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente (intertextualidade

manifesta) ou mesclados (intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade). Para o autor, uma perspectiva intertextual é importante para acentuar que um texto não é somente constituído por outros textos, mas também para ressaltar os outros textos que os intérpretes trazem ao processo de interpretação.

Nesse entendimento, o que se observa no excerto “discutir política na atualidade não é tarefa fácil, principalmente pelo fato de estarmos carregados de desconfianças em relação aos homens de ‘poder’” (recorte 1), não é a referência claramente expressa a outros textos, mas a constituição de elementos diversos de ordens particulares de discurso, isso porque no período que antecedeu a escrita desse editorial os brasileiros assistiram a um processo de *impeachment*, em que a presidenta da República foi retirada do cargo devido aos interesses de alguns políticos em conter uma das mais importantes investigações sobre o esquema de corrupção que dominou a política brasileira nos últimos tempos.

No extrato “E mais uma vez o que presenciamos em Serra Talhada são políticos, mais especificamente pré-candidatos, que se debandam para o lado da oposição na famosa ‘dança das cadeiras’”, observa-se uma referência interdiscursiva ao jogo de interesses próprios que há entre os pré-candidatos que se aliam aos partidos que lhes oferecerem melhores condições ou propostas de vantagens, pois, de acordo com Kuschnir (2007, p. 164), “a política é entendida, aqui, principalmente como um meio de acesso aos recursos públicos, no qual o político atua como mediador entre comunidades locais e diversos níveis de poder”, o que lhes demanda “apertos de mãos, tapinhas nas costas, largos sorrisos e falsas promessas” (recorte 1).

No que diz respeito à dimensão do discurso como *prática social*, em que o conceito de discurso está relacionado à ideologia e ao poder, convém destacar que para a ACD as ideologias são construídas nas convenções e estão presentes nas práticas discursivas, visto que as ideologias podem ser legitimadas em maneiras de ação social e inculcadas nas identidades de agentes sociais, pois os sujeitos não só são posicionados ideologicamente como também são capazes de agir autonomamente na realização de discursos em diferentes práticas e estruturas ideológicas posicionadoras.

No que se refere ao discurso como poder é importante ressaltar que a hegemonia e a luta hegemônica assumem a forma da prática discursiva em interações verbais a partir da dialética entre discurso e sociedade, visto que a hegemonia é produzida e transformada por meio do discurso. Com isso, Fairclough afirma que as ideologias têm existência material nas práticas discursivas.

Nesse entendimento, é possível observar que a ideologia reproduzida nos fragmentos selecionados para análise revela um foco de luta entre o bloco dominante (pré-candidatos) e a classe subordinada a ele (eleitores), uma vez que as “falsas promessas” feitas durante a campanha eleitoral e a proximidade estabelecida entre pré-candidatos e eleitores com “apertos de mãos, tapinhas nas costas e largos sorrisos” são estratégias consideradas eficientes para “manter submissos os grupos, em sua luta contra a ordem social” (THOMPSON, 2011, p. 73).

Nesse entendimento, a linguagem é um tipo de prática social em que o discurso, formado por relações de poder e investido de ideologias, constitui o social com base no conhecimento, nas relações sociais e na identidade social.

Para Fairclough (2001a, p. 123), a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui para a reprodução ou a transformação das relações sociais, visto que a consciência crítica é obtida através de uma disputa de hegemonias contrastantes no campo da ética e no campo político.

Desse modo, a publicação de um editorial em um jornal escolar produzido por alunos do ensino médio revela a formação da consciência crítica dos estudantes diante de temas presentes no cotidiano da sociedade e que transcendem o chão da escola.

Conclusões

Compreendendo que toda análise do discurso resulta da observação de um problema derivado das relações de poder nas práticas sociais, em que os textos são investidos de ideologia e refletem lutas pelo poder, buscamos analisar as práticas discursivas e as práticas sociais presentes no editorial do jornal escolar *IE Notícias*.

Foi possível observar, por meio do modelo tridimensional de análise, que os excertos selecionados para este estudo, no que diz respeito à dimensão da base textual, seleção lexical, coesão e estrutura remetem à compreensão de que o uso linguístico é um esforço que exige o entendimento do uso da linguagem como expressão de uma produção realizada em contextos sociais e culturais, em razão de que o texto é uma realização linguística na qual se manifesta o discurso.

Quanto ao texto como prática discursiva, no que diz respeito à produção, distribuição e consumo, observou-se que o editorial “Eleições Municipais” foi influenciado interdiscursivamente pelos episódios políticos ocorridos no país no início do ano de 2016, em que a população

presenciou o desmonte de um esquema de corrupção envolvendo políticos das diferentes esferas do poder público e dos mais diversos partidos políticos, o que tornou os brasileiros “carregados de desconfianças em relação aos homens de ‘poder’”.

Focalizando o texto como prática social, observa-se que a ideologia reproduzida nos fragmentos é a de que candidatos a cargos políticos-públicos não mantêm fidelidade aos princípios éticos e morais e que quando eleitos costumam não atender satisfatoriamente aos anseios e necessidades da população.

Diante disso, compreende-se que a linguagem “é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução” (CHARAUDEAU, 2015, p. 39) nos quais a ideologia e as relações de poder estão imbricadas, uma vez que o discurso não é apenas um local de luta de poder, mas é também um delimitador na luta de poder, cujo processo recorre a ideologias particulares.

Para finalizar, reconhecemos que a análise crítica do discurso sobre as práticas discursivas e sociais em textos argumentativos escritos por estudantes, no ambiente escolar, não se esgota aqui, pois ao lançarmos mão do modelo tridimensional de análise do discurso, compreendemos que a tentativa de reunir tradições analíticas à análise do discurso, conforme a proposta de Fairclough (2001), possibilita outras abordagens críticas aos discursos aqui apresentados.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUNZEN, C. Da era da composição à era dos gêneros: o ensino de produção de texto no ensino médio. In: BUZEN, C.; MENDONÇA, M. (Orgs.). **Português no Ensino Médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DIJK, T. A. V. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001 a.

_____. A Análise Crítica do Discurso e a Mercantilização do Discurso Público: as Universidades. In: MAGALHÃES, C. M. (Org.). **Reflexões sobre a análise crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001b.

KUSCHNIR, K. Antropologia e política. **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun 2007, vol.22, n.64, p.163-167. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a14v2264.pdf>

MAGALHÃES, C. M. A Análise Crítica do Discurso enquanto Teoria e Método de Estudo. *In:* _____. **Reflexões sobre a análise crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.

PEDRO, E. R. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. *In:* _____. (Org.) **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1998.

POSSENTI, S. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado Letras, 1997.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.